



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17423 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

**ESCOLAS DO CAMPO E AS AVALIAÇÕES EXTERNAS: LÓGICAS DIVERGENTES E INTERESSES OPOSTOS**

Lúcia Helena de Brito - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Alba Regina Andrade Mendes - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Gildete Granja Diógenes Neta - UECE - Universidade Estadual do Ceará

**ESCOLAS DO CAMPO E AS AVALIAÇÕES EXTERNAS: LÓGICAS DIVERGENTES E INTERESSES OPOSTOS**

---

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento e tem como objetivo fazer uma análise dialética das avaliações das Escolas do Campo em comparação com as avaliações externas, como importante instrumento das políticas educacionais para a educação básica, que se firmaram no cotidiano do processo educacional escolar.

De acordo com Luckesi (2023), do ponto de vista epistemológico, o planejamento, a execução e avaliação compõem um todo integrado, em que o ato de planejar se traça os rumos da ação, o ato de executar se coloca em prática os desejos e ações para atingir os objetivos traçados, e o ato de avaliar é onde se toma consciência o quanto os resultados correspondem ao que foi planejado e executado, tornando-se um fator essencial para tomadas de decisões relativas ao percurso e consequências do ato pedagógico, orientando o agir do professor. Desta forma, o processo avaliativo não deve ser tratado como processo apartado do percurso pedagógico, mas considerado como parte de um todo, por isso enfatizamos ser um ato que não pode se desconfigurar, de modo que promova o

afastamento do ser humano de si mesmo e da sua própria realidade.

Então, por se tratar da última instância do processo de aprendizagem, a avaliação recebe um destaque em especial quando se é preciso verificar que ser humano estamos formando para o mundo, para a vida. Portanto, a etapa avaliativa não pode se resumir em apenas em questões de marcar, em que se pouco se reflete e estimula o intelecto, tornando-se um instrumento que mais robotiza do que humaniza, tanto professores quanto alunos. Infelizmente, a realidade de avaliações do qual mais se treina e se enquadra aos moldes do capital do que se reflete sobre sua realidade está mais próxima das escolas, através das avaliações externas, do que uma avaliação que enxerga o estudante de forma integral.

Diante dessa problemática, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico, afim de entender as bases de ambas as propostas avaliativas, apropriando-se do método dialético de Karl Marx para fazer a análise. Para a pesquisa, foi estabelecido um diálogo com os autores: Luckesi (2023), Freire (2022), Caldart et al. (2013) e Cardoso e Ferreira (2021).

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Do ponto de vista pedagógico, os atos avaliativos de aprendizagem se constituem recursos subsidiários tanto à prática pedagógica, quanto a aprendizagem dos estudantes (LUCKESI, 2023). Ter a função subsidiária não se restringe a uma compreensão da avaliação como forma de recurso material, mas sim de se apropriar das avaliações como um meio para melhorar a ação pedagógica e de aprendizagem.

Portanto, as avaliações entram no campo subjetivo de se ter o investimento de pensá-las como ferramenta do qual podemos ter a noção a quantas anda a prática educativa no que concerne aos objetivos almejados e o quanto os estudantes percorreram em seu processo de aprendizagem. Dessa forma, as avaliações como expressão e iniciativa dos sujeitos pedagógicos podem ser consideradas como parte essencial da práxis pedagógica, assim como Freire (2022, p. 52) concebia: “A práxis [...] é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo”. Logo, para estar no bojo de uma prática pedagógica emancipatória, as avaliações devem estar articuladas à reflexão das vivências de professores e estudantes, porque se estiverem apartadas do processo pedagógico e da vida torna-se ferramenta da alienação do processo de trabalho na escola, passando ao largo dos objetivos de uma educação libertadora.

No contexto histórico-social capitalista, as avaliações se firmam como

recursos que selecionam estudantes durante seu percurso de aprendizagem, atuando em favor do modelo de organização social estruturado em classes sociais (LUCKESI, 2023). O modelo social capitalista tem seu poder hierarquizado e centralizado, configurando a sociedade em que vivemos, através de instituições que funcionam para consolidação da hegemonia, e no âmbito do sistema educacional, há lugares, espaços e momentos onde ocorrem múltiplas reprovações e exclusões.

Segundo Luckesi (2023), o contexto histórico-social do sistema capitalista tem haver com as avaliações da aprendizagem por meio de dois fenômenos: uma é a reprodução do modelo de autoridade socialmente estabelecido no espaço educativo institucional; a outra é a prática da exclusão social, com as múltiplas reprovações. À medida que se exclui vários estudantes, reproduz o modelo da sociedade capitalista, dessa forma as provas e exames, aplicadas no ensino institucional, se manifesta como recurso de administração do poder social no espaço da relação pedagógica e também como um recurso de seletividade social (LUCKESI, 2023).

Essa prática excludente pode ser observada no processo das avaliações externas, se manifestando como um recurso de administração do poder social. Desde a década de 90 o Brasil tem tido acentuada influência neoliberal, sofrendo interferências do Banco Mundial (BM) com reformas, programas e projetos sendo implementados na sociedade em geral, e dentro da educação com as diretrizes impostas em Relatórios de Monitoramento de Educação para Todos, produzidos pelo órgão internacional, acima mencionado. Essas medidas tinham como objetivo pautar o estado mínimo, com as ideias de gestão descentralizada e do uso racional dos recursos públicos. Contudo, efetivamente essas diretrizes e metas correspondiam aos interesses do BM, porque ao maximizar os lucros/resultados com o mínimo de investimento, usando estratégias do mundo fabril, os recursos monetários que seriam para educação teriam outro destino, o pagamento das dívidas para o BM.

As avaliações externas surgiram nesse contexto neoliberal, por um lado, como meio institucional de verificação do desempenho dos estudantes e qualidade de ensino que está sendo ofertado, e por outro, como forma de garantir uma formação correspondente aos interesses do mercado global, através de um currículo padronizado no máximo possível. De acordo com Cardoso e Ferreira (2021), os resultados das provas para obtenção de índices, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que vai de uma escala de zero a dez, constituem-se num mecanismo de verificação e acompanhamento das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como também é ferramenta essencial na criação e desenvolvimento de políticas públicas no que tangem a educação. Elas servem também como fontes de dados que permitem compreender

os aspectos que necessitam de melhorias e quais os locais que precisam de políticas de melhoria qualitativa, sendo portanto um índice de qualidade e medida de eficácia voltada para a educação básica, salientando que a influência neoliberalista e neoliberalizante que permeia o sistema educacional prioriza a educação básica, com premissas de um sistema político-econômico voltado à produtividade e à formação para o mundo do trabalho.

Essa prioridade esconde o interesse do capital de produzir mais cidadãos que apenas sabem o básico para operar máquinas e ocupar trabalhos não qualificados, assim mantendo o ciclo do capital, com o conhecimento historicamente acumulado nas mãos da classe burguesa e os filhos da classe trabalhadora indo cada vez mais cedo para o mercado de trabalho, alimentando os postos de trabalho e a competição por vagas de emprego, formando um exército industrial de reserva, como no conceito de Marx (2017, p. 707), “pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro aumento populacional”.

Cardoso e Ferreira (2021), também afirmam que na ótica neoliberal o conceito de educação de qualidade segue parâmetros mercadológicos, estando associado com frequência aos métodos de avaliação padronizados. Segundo as autoras, os documentos internacionais quando abordam a questão educacional têm realçado a necessidade de desenvolver mecanismos de diagnóstico que sejam capazes de aferir a qualidade de ensino, uma forma de introduzir o caminho para o desenvolvimento da educação são os sistemas de medição de desempenho, para servir como meio de estabelecer parâmetros de aprendizagem e da indicação de padrões de ensino.

Contudo, as autoras também não negam que, apesar da avaliação da qualidade da educação ser essencial ao desenvolvimento e monitoramento de políticas públicas educacionais, existem influências de inúmeros aspectos do cotidiano social que não podem ser desprezados quando se analisa a qualidade da educação, sendo imprescindível compreender que determinados eixos de formação são fundamentais à formação do aluno e que uma avaliação padronizada não é capaz de avalia-los. Daí a importância de se ter cautela na análise dos dados fornecidos pelas avaliações padronizadas:

[...] há que se ter muito cuidado em sua análise, que deve ser sempre contextualizada, integrada a outros fatores e diagnósticos, com relação às metas e resultados fixados para cada unidade escolar, levando-se em conta bases e diretrizes gerais, genéricas e nacionais, sem, contudo, objetar as necessidades específicas de cada aluno, de cada região e de cada escola (CARDOSO e FERREIRA, 2021, p. 380).

O uso irracional dos ranking's baseados nas avaliações externas hierarquiza

escolas, regiões, estados e países, desconsiderando fatores extraescolares importantes ao processo de aprendizagem e baseando-se em um número restrito de matérias, estimulando a uniformização dos sistemas educativos, valores educacionais mercantilizados e a hierarquia, tem a tendência de reforçar a diferença de qualidade educacional em vez de diminuí-la. Estimula a seletividade do que julga necessário e útil a ser aprendido, baseado sempre nos preceitos neoliberais e numa contundente lógica mercadológica de formação do ser funcional a reprodução do sistema (CARDOSO e FERREIRA, 2021). As autoras concluem que preparar indivíduos para o mercado de trabalho, como sentido da vida do estudante, em detrimento de uma formação crítica e humanista capaz de formar seres "pensantes", tende a levar a população a uma formação cultural débil, pragmática, pouco criativa e menos ainda inspiradora. A recusa a uma formação ampla, forma seres passivos, acríticos frente às desigualdades e injustiças inerentes à estrutura capitalista (CARDOSO e FERREIRA, 2021).

No sentido contrário à lógica neoliberal das avaliações externas, observamos o que ocorre nas Escolas do Campo, que tendo na sua essência o pressuposto da emancipação humana, demonstram sensibilidade e consciência quanto a formação de um ser humano que transcenda as amarras da ideologia capitalista, comungando dos preceitos de uma educação onmilateral e emancipatória. Esta perspectiva é perceptível nas avaliações realizadas no Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC) apresentando uma relação bem articulada com os objetivos, identificados como "metas de aprendizagem" de cada etapa, os quais são elaboradas a partir da leitura dos aprendizados da turma (Caldart et al, 2013). Nas Escolas do Campo, as avaliações servem como uma forma de replanejar a ação do processo educativo em qualquer esfera, na dimensão organizativa, no estudo, na convivência ou em processos de gestão de trabalho. O processo de avaliação tem uma função pedagógica, pois

Ele tem como princípios ser sistemático, cumulativo, emancipatório e participativo. Esses princípios buscam construir uma coerência entre a prática do processo de avaliação e concepção de educação, a matriz formativa e os objetivos educacionais assumidos pelo instituto (CALDART et al, 2013, p. 405).

As avaliações do IEJC extrapolam as relações individuais dos sujeitos ao se incluir no todo da escola, pois a perspectiva da avaliação que eles possuem é de um processo em que deve contribuir com o sujeito a perceber os limites e problemas, avaliando formas de avançar, o que já se alcançou, como pode avançar mais, criando assim um movimento para além do pontual. Portanto, esse processo contribui para o planejamento de ações de aprendizagem, do seu funcionamento, dos tempos educativos, espaços pedagógicos, sendo esses elementos que

compõem o ambiente educacional do Instituto, servindo de instrumental ao balanço do processo educativo e como meio necessário às metas para avançar nesse processo (CALDART et al., 2013). Luckesi (2023) enfatiza o ato de avaliar, como um ato político-pedagógico que subsidia a prática pedagógica com vistas a uma melhor formação:

Importa, pois, como educadores, nossos cuidados com a formação e o desenvolvimento dos nossos estudantes por meio de uma interação saudável com o mundo no qual vivem, tanto sob o aspecto físico como sob o aspecto sociocultural. Nesse contexto, necessitamos nos servir da avaliação da aprendizagem como um recurso praticado no seio da ação pedagógica institucional, cujo objetivo é subsidiar a nós educadores em nossa atividade de ensinar, assim como aos nossos estudantes em sua trajetória de aprendizagem, que deve dar-se de forma bem-sucedida para cada um e para todos (LUCKESI, 2023, p. 84).

Quanto a experiência de avaliação do IEJC, Caldart et al. (2013) destacam três dimensões que estão presentes no Regimento Escolar: o crescimento da pessoa como ser humano, que inclui a formação do seu caráter, seus valores, a convivência solidária no coletivo e a participação no conjunto das atividades; o domínio dos conhecimentos gerais, no qual estão previstos o desenvolvimento intelectual e o desempenho nas práticas que integram o currículo; e, por fim, o desenvolvimento das capacidades básicas identificadas como perfil profissional esperado. Os autores acrescentam que essas dimensões do processo de avaliação estão organizadas em eixos/focos em que o primeiro é o da Gestão Política, Convivência e Militância; o segundo é o da Gestão Econômica e Desempenho no Trabalho; e o terceiro é o das Aprendizagens Ligadas ao Curso (CALDART et al., 2013).

Em entrevistas realizadas para a pesquisa que fomenta o presente trabalho, podemos constatar elementos relevantes nas avaliações das Escolas do Campo do Ceará: desenvolvimento de cidadão pelo o conceito da sociedade, desenvolvimento crítico-social e desenvolvimento autocrítico. Contraditoriamente, constatamos também que as Escolas do Campo não estão totalmente desvinculadas da lógica do ensino tradicional e ou voltada para o mercado, refletida numa administrável convivência com as avaliações externas e nas avaliações tradicionais. Contudo, estas não estão livres das críticas dos e das docentes, onde pôde se notar uma forte oposição a esse tipo de avaliação. Também pode-se perceber que a consciência crítica é estimulada por parte considerável das avaliações realizadas pelos professores, as quais não se limitam ao espaço da sala de aula, mas em todas as vivências dos estudantes, existindo um movimento vivo entre teoria e prática, cujo a interação envolve professores, família, comunidade e estudantes, movimento esse que ajuda os estudantes a se tornarem sujeitos políticos ativos.

Por fim, as avaliações contínuas e sistemáticas demonstraram os critérios de auto-organização dos estudantes no seu dia-a-dia, em como eles administram o tempo para participar de atividades dentro e fora da escola, quais atividades culturais devem se envolver, e se estão inseridos nos movimentos sociais da sua comunidade. Podemos asseverar que a adoção dos critérios supracitados aproxima as avaliações da educação do campo à educação omnilateral, uma vez que apresenta uma forma mais humanizada de aferir o aprendizado do aluno, levando em consideração aspectos intelectuais, sociais e morais.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As avaliações fazem parte essencial da prática pedagógica, visando sempre melhoria da didática docente como também no processo de aprendizagem dos estudantes, por isso a avaliação deve ser pensada, refletida e posta em prática levando em consideração a realidade dos professores e estudantes, para que ela possa dialogar com todo o processo educativo.

Ao analisar autores e experiências que abordam as avaliações das Escolas do Campo e as avaliações externas, constatamos pressupostos divergentes, antagônicos. Por um lado, as avaliações externas são feitas de forma padronizada, como meio de verificar o nível de aprendizagem dos estudantes das escolas públicas, mas não apenas isso, é nas avaliações externas que o Estado deixa claro que tipo de ser humano eles almejam para a sociedade, sendo, portanto, um ser humano uniformizado, alienado da ampla gama de conhecimentos e que logo servirão como mão de obra barata para mercado de trabalho.

Já as avaliações realizadas nas Escolas do Campo, faz-se uso do que Luckesi (2023) chama de subsídio para a prática pedagógica, ao fazer as avaliações de forma intencionada para melhorar as ações das práticas docentes e também para melhorar a aprendizagem dos estudantes, como no caso do IEJC. É importante frisar que as dimensões das avaliações do instituto são amplas, dialogando com o desenvolvimento humano e intelectual (CALDART et al., 2013). Podemos afirmar a existência de um cuidado tanto com o desenvolvimento intelectual, quanto o humano, ao desenvolver também o pensamento crítico-social e autocrítica dos sujeitos em formação nas Escolas do Campo. Dessa forma, as Escolas do Campo tornam o ato de avaliar mais humanizado, buscando cada aspecto do ser humano com igual relevância, em vez de ser um ato robotizado como nas avaliações de larga escala.

## REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. et al. **Escola em Movimento**: Instituto de Educação Josué de Castro. São Paulo: Expressão Popular, 1 ed., 2013.

CARDOSO, C. A.; FERREIRA, V. A. Uma análise crítica da avaliação externa diante da mercantilização da educação. **Revista Educere Et Educare**, vol. 16, n. 40, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 82. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. P. 52.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 707.

LUCKESI, C. C. **O ato Pedagógico**: planejar, executar, avaliar. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2023.